

# **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial<sup>1</sup>**

**Clayton Ferreira Dal Pozzo**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente  
e-mail: cltdp@yahoo.com.br

## **Resumo**

Visando uma leitura abrangente da Geografia e uma análise que não se limita à conjuntura dos processos socioespaciais torna-se necessário verificar como os conceitos de espaço e território se articulam e se solidarizam ante a avaliação da realidade em sua transversalidade e multiescalaridade. Desse ponto de vista, os deslocamentos constantes de centralidade entre ambos e a supressão de um sobre o outro são reavaliados a partir de uma leitura integrada do território e do espaço. Este recurso metodológico pode ajudar a fomentar lutas objetivando a superação das desigualdades socioespaciais.

**Palavras-chave:** produção do espaço, produção do território, territorialização-desterritorialização-reterritorialização, territorialidade, fragmentação socioespacial.

## **Resumen**

### **¿Por el espacio o por el territorio? Posibilidad de articulación para comprender la territorialidad y la fragmentación socio-espacial**

Para un abordaje más amplio de la ciencia geográfica y una mirada más allá de la coyuntura de los procesos sócio-espaciales, urge analizar cómo los conceptos de espacio y territorio si articulan y si solidarizan. Ésta perspectiva permite evaluar la realidad en su transversalidad y multiescalaridad. Bajo esa mirada, desplazamientos constantes de centralidad entre ambos y las supresiones de uno sobre el otro son retomados y repensados desde una lectura del territorio y del espacio integrados y como un recurso metodológico que ayuda a orientar las luchas para superar las desigualdades sócio-espaciales.

**Palabras-clave:** la producción de espacio, la producción de territorio, territorialización-desterritorialización-reterritorialización, territorialidad, fragmentación socio-espacial.

## **Abstract**

### **For space or for territory? Possibility of articulation to understand the territoriality and a socio-spatial fragmentation**

The relationship between space and territory concepts contributes to a comprehensive reading of Geography and a conjunctural-structural analysis of the socio-spatial processes. Thus the displacement of centrality and the suppression of one over the other are

---

<sup>1</sup> Texto apresentado como critério de avaliação final à Disciplina “Teoria dos Territórios e da Questão Agrária”, ministrada pelos Professores Bernardo Mançano Fernandes e Carlos Alberto Feliciano, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

reevaluated from an integrated analysis of both. This methodological resource can help guide the struggles to overcome the socio-spatial inequalities.

**Keywords:** production of space, production of territory, territorialization-deterritorialization-reterritorialization, territoriality, socio-spatial fragmentation.

## Introdução

O embate entre espaço e território, dois conceitos-chave da ciência geográfica, constitui o objetivo central deste artigo.

No âmbito da produção científica recente, tem havido um deslocamento constante de centralidade, ora privilegiando o conceito de espaço e secundarizando o conceito de território, ora privilegiando o conceito de território e secundarizando o conceito de espaço.

Em menor medida, esses termos tendem a ser empregados como sinônimos, contribuindo para fomentar confusões teórico-conceituais.

Com base nisto, de que modo esses conceitos se expressam? Quais as semelhanças e as diferenças que os caracterizam?

Além disso, quais as implicações para o conceito de espaço, no atual momento da ciência geográfica, em que o conceito de território, em consonância com sua expressiva centralidade, esboça *status* de uma metanarrativa, na qual, a totalidade enseja ser explicada por sua intermediação?

Orientando-se por essas questões iniciais, o artigo também busca estabelecer relações com a noção de territorialidade, bem como, com o processo de fragmentação socioespacial que se expressa, sobretudo, em cidades de porte médio a padrões metropolitanos, como um dos instrumentos que promovem, na perspectiva do controle social, a manutenção e neutralização das desigualdades sociais.

Esperamos contribuir com o debate que busque repensar o método geográfico à luz de uma abordagem que privilegie - de modo aberto, solidário e integrador - a leitura territorial indissociável à leitura espacial e vice-versa, de modo a fomentar lutas entorno de níveis mais elevados de justiça social como perspectiva da emancipação socioespacial.

## Pelo espaço: desfazendo algumas confusões entorno do espaço como palco e entre espaço e natureza

Temos querido provar que tôdas as nossas intuições<sup>2</sup> só são representações de fenômenos, que não percebemos as coisas como são em si mesmas, nem são as suas relações tais como se nos apresentam, e que **se suprimíssemos nosso sujeito**, ou simplesmente a constituição subjetiva dos nossos sentidos em geral, **desapareceriam** também tôdas as propriedades, todas as relações dos objetos no espaço e no tempo, e também **o espaço e o tempo**, porque tudo isto, como fenômeno, não pode existir em si, mas somente em nós mesmos. (KANT, 1965, p. 51-52, grifos nossos).

(...) se vírmos o espaço e o tempo como construções sociais (o que implica a **rejeição** das teorias absolutas do espaço e do tempo atribuíveis a Newton e Descartes) a produção do espaço e do tempo terão de ser incorporadas ao pensamento utópico. (HARVEY, 2006, p. 239, grifos nossos).

<sup>2</sup> Segundo Kant (1965, p. 29-30, 80-81), a intuição é a representação concebida a partir da relação com os objetos (que são dados mediante a sensibilidade humana) numa relação imediata. Quando as intuições são pensadas/mediatizadas e, portanto, empiricizadas, os conceitos podem ser formulados.

'To produce space': this combination of words would have meant strictly nothing when the philosophers exercised all power over concepts. **The space of the philosophers could be created only by God, as his first work**; this is as true for the God of the Cartesians (Descartes, Malebranche, Spinoza, Leibniz) as for the Absolute of the post-Kantians (Schelling, Fichte, Hegel). (LEFEBVRE, 1992, p. 73, grifos nossos).

**No começo era a natureza selvagem**, formada por objetos naturais [coisas], que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos (...).

(...)

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. **É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.** (SANTOS, 2008, p. 63, grifos nossos).

Partindo-se da “produção do espaço” de Lefebvre (1992; 2006) e do espaço como construção social (HARVEY, 2006), Carlos (2007, p. 47) compreende que o espaço é uma produção social que pode ser apreendido como “processo e movimento”; Massey (2008, p. 15-31) o reconhece “como dimensão do social” em processo de construção e que se constitui a partir de interações e da “coexistência da heterogeneidade”. Por sua vez, Santos (2008, p. 109) o considera como a “síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”.

A partir desses aspectos, bem como, a partir dos excertos acima, quais implicações se apontam ao se afirmar que o espaço, bem como, o tempo, são construções sociais? Baseando-se em Kant (1965), podemos considerar que essa afirmação implica, em princípio, que o espaço e o tempo *em si* ou, em outros termos, desprovidos de sujeitos sociais, perdem o sentido ontológico e, portanto, perdem a razão de ser enquanto materialização histórica das relações sociais.

Na inexistência do tempo e do espaço, consubstancia-se o substrato material, síntese de um conjunto de coisas inomináveis ou “obras” espontaneamente distintas e criadas pela natureza, como sugere Lefebvre (1992, p. 70; 2006). Segundo Santos (2008, p. 131), com a natureza “inteiramente natural, teríamos, a rigor, uma diversificação da natureza em estado puro”.

Somente a partir da existência de sujeitos cognocentes e suas relações sociais - considerando suas intuições sensíveis e ações empíricas, nos termos de Kant (1965) - bem como, a interferência desses sujeitos com a natureza natural, é que o significado conceitual de espaço e de tempo pode ser atribuído, experienciado e transformado.

Nesses termos, o espaço e o tempo não são coisas em si e, em discordância da perspectiva da primeira face do espaço de Raffestin (1993), não estão dados, pois, do ponto de vista ontológico, são condições subjetivas da sensibilidade (no processo de representação dos fenômenos) e da experiência para com a realidade empírica dos objetos (KANT, 1965, p. 39-40).

Em algumas passagens, Kant (1965) sugere a separação entre o espaço e os objetos quando, por exemplo, afirma que “todas as coisas, como fenômenos externos, estão justapostas no espaço” (KANT, 1965, p. 39). Afirmações como esta, ainda que possam ser relativizadas considerando outras passagens desta mesma obra, tende a propiciar interpretações apressadas do espaço, como receptáculo ou palco para o qual os objetos e ações se expressam.

Não se trata, portanto, de considerar o espaço apenas como condição pelo qual os fenômenos e as ações possam se realizar, como sugere Kant (1965, p. 37-38) e, de certo modo, Raffestin (1993, p. 46-47), mas, numa perspectiva social (e relacional) de sua construção, o espaço também é o meio e o produto no processo de “reprodução das relações sociais” (CARLOS, 1999, p. 63).

Com base nesses aspectos concordamos, em parte, com as críticas de Saquet (2007, p. 77) quando aponta algumas limitações da noção de espaço de Raffestin (1993, p. 223) sem considerar, plenamente, a articulação das duas faces do espaço, como propostas pelo autor.

Em consonância a isso, podemos incorrer em erros ao afirmar que o espaço, para Raffestin, é palco, suporte, um ponto de apoio à qual as ações se projetam e, portanto, “preexiste a qualquer ação” como um “dado”, uma matéria-prima ou recurso com valor de uso, estritamente (RAFFESTIN, 1993, p. 34-48, 143-144). Apesar da ênfase na direção dessa perspectiva, devemos asseverar que o autor não se limita a ela, considerando-a apenas a primeira das duas faces do espaço à qual nomeclaturou de “espaço real ‘dado’” (RAFFESTIN, 1993, p. 48).

Para Raffestin (1993), a segunda face do espaço refere-se ao “plano do conteúdo”:

(...) constituído pelas superfícies, pelas distâncias e propriedades **reorganizadas**, que têm seu significado dado pelos atores sociais. Dessa forma, em estreita relação com o espaço real, há um “espaço abstrato” simbólico, ligado à ação das organizações. É de certa forma, o **espaço relacional “inventado” pelos homens** e cuja permanência se inscreve em escalas de tempo diferentes do espaço real “dado” (RAFFESTIN, 1993, p. 48, grifos nossos).

Contudo, a primeira face do espaço de Raffestin tem, inadvertidamente, influenciado na fundamentação teórico-conceitual de algumas pesquisas, sobretudo, àquelas que elegem o território como conceito explicativo central e que se fundamenta na subalternização e/ou desvalorização da noção ou conceito de espaço.

A pesquisa realizada por Bombardi (2004) é emblemática nesse sentido. Ao analisar o processo de territorialização camponesa, Bombardi (2004, p. 34-47) destaca, apoiando-se em Raffestin (1993), que o espaço não é uma massa amorfa, mas um meio natural não homogêneo já dado, em ratificação à concepção de espaço real “dado” de Raffestin (1993, p. 46-47). O espaço, portanto, tornar-se-ia apenas uma das pré-condições para que o território possa se realizar.

Considerando as intencionalidades das pesquisas, o ponto de partida pode, rapidamente, ser deslocado do espaço - o espaço palco, dado, área composta por uma distribuição diferencial de recursos (em supressão/negação às teorias do espaço socialmente produzido ou como construção social) - para a análise da construção social do território.

Nesses termos teríamos, preponderantemente, uma leitura territorial da realidade já que o espaço (como área ou substrato material) tornar-se-ia uma condição subjacente. Propondo desfazer esse tipo de confusão e, portanto, aberto a novos questionamentos, consideramos mais razoável estabelecer, como um possível ponto de partida para a análise da realidade, a dimensão da natureza natural criadora de coisas ou da natureza pura, segundo Santos (2008), e que, deste modo, não se confunde com uma perspectiva de espaço como construção social.

O espaço como construção social pressupõe a produção do espaço e que tem, como ponto de partida, a natureza fornecedora de valores de uso que será apropriada pela prática espacial, ou seja, pelo ser humano - o ser natural e social que trabalha para produzir coisas (produtos) e criar obras (LEFEBVRE, 1992, p. 70-71; 2006) - mediante o emprego de técnicas.

O conceito de espaço permite religar “o mental e o cultural, o social e o histórico” reconstituindo-se a tríade **descoberta – produção – criação**: Descoberta de espaços até então desconhecidos dos continentes e do cosmos; Produção espacial organizada de acordo com as necessidades e conhecimentos de cada sociedade; Criação de obras como a paisagem e a cidade (LEFEBVRE, 2006, grifos nossos)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Cf. Prefácio não paginado em Lefebvre (2006) e/ou versão original em francês, em Lefebvre (2000).

Com base nesses aspectos, a natureza (ou, se quiser, o espaço-natureza) não se confunde com a “natureza do espaço” formado, historicamente, a partir do acúmulo de resultados materiais obtidos pelas ações humanas e que, hoje, é “animado pelas ações” que “lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 2008, p. 106).

Em outros termos, a natureza - como objeto natural ou complexo de coisas – está contemplada nos sistemas de objetos, transformando-se em (e interagindo com os) objetos técnicos. A indissociabilidade solidária e contraditória entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, forma o espaço. Nessa perspectiva, o espaço pode ser visto como totalidade<sup>4</sup> num incessante processo de transformação (SANTOS, 2008, p. 63, 118-120).

### **Pelo território articulado ao espaço: cindindo a totalidade do espaço para se compreender a conflitualidade em movimento**

Como afirma Santos (2008, p. 118), embora se admita a cisão como procedimento necessário para se compreender o espaço como totalidade em movimento (ou em processo de totalização), os esfacelamentos da realidade (abordagem de fatos mais ou menos isolados, estudos de caso, recortes teórico-conceituais e/ou empíricos, etc.) pouco significam se não se pretende estabelecer articulações mais amplas com essa perspectiva de totalidade<sup>5</sup>.

Por outro lado, é possível realizar uma análise geográfica de uma totalidade desprovida de movimento (totalidade produzida, totalidade-produto) considerando a perspectiva da análise da paisagem ou da configuração territorial<sup>6</sup> e que, portanto, não se confunde (ainda que se possam estabelecer associações) com a análise da produção do espaço (SANTOS, 2008, p. 119-120).

A cisão pressupõe abordar o processo de produção do espaço na perspectiva de seus fracionamentos o que, em grande medida, possibilita analisar os conflitos, inerentes às frações do espaço em movimento, nem sempre são possíveis de serem apreendidos, de modo detalhado, a partir da análise, tão somente, do espaço como totalidade.

A análise dos conflitos a partir do espaço fracionado possibilita recolher elementos que expressam, de modo a delinear/delimitar/definir e diferenciar, os territórios, produto dos conflitos. Em outros termos, recorta-se o espaço por um conjunto de territórios tensos e, portanto, densamente conflitivos, marcando-se “um campo de correlação de forças” em “busca de hegemonia” (MOREIRA, 2007, p. 81).

O território tende a imprimir, portanto, noções de limite que “mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 153). Com isso, podemos afirmar que o processo de definição de um território envolve, a princípio, o seu processo de diferenciação e confronto, solidário ou de modo antagônico, com os demais territórios (em relação de contiguidade, descontinuidade e/ou em sobreposição ao primeiro), permitindo identifica-lo e qualifica-lo no

<sup>4</sup> Santos (2008, p. 270, grifos nossos) reconhece três níveis de totalidade, quais sejam: O **mundo** como “primeira totalidade, empiricizadas por intermédio das redes”; O **território** como “segunda totalidade, determinado pela formação socioespacial de um Estado-nação “resultante de um contrato” e limitado por fronteiras”; E, por fim, o **lugar** como “terceira totalidade”, na qual, os “fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade”.

<sup>5</sup> Em outros termos, não se trata apenas de conhecer o todo pela análise das partes e conhecer as partes pela análise do todo, mas sim, do ponto de vista da análise da produção do espaço, “reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes” (SANTOS, 2008, p. 120) que caracterizam o espaço.

<sup>6</sup> Segundo Santos (2008, p. 62), “configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima”.

seio da reorganização dos territórios em zonas (territórios-zona<sup>7</sup>) e/ou em redes (territórios-rede<sup>8</sup>) nos termos desenvolvidos por Haesbaert (2010, p. 79 et seq).

Partindo desses aspectos, esboçam-se três processos principais que permitem diferenciar o território do espaço. Em síntese, o território se diferencia do espaço por explicitar alguns elementos que não se revelam no espaço de modo detalhado, quais sejam, as **relações de poder**, a construção de **identidades**, e “o movimento de **territorialização**, **desterritorialização** e **reterritorialização**” (SAQUET, 2009, p. 82, grifos nossos).

Devemos levar em consideração, ainda, que apenas descrever o território em si, não revela, suficientemente, os conflitos e a diferença que o caracteriza. Significa analisar o processo de produção de uma determinada fração do espaço, mas não o processo de produção do território, em termos de relações de poder, de identidades e de movimento, contextualizados no espaço como totalidade.

Essa perspectiva de análise reforça uma leitura espacial estritamente fragmentada ou, em outros termos, tende a confundir o território com as formas espaciais e os objetos geográficos desprovidos das relações de poder (SOUZA, 2009, p. 61) o que, em grande medida, distancia-se tanto de uma leitura do espaço como totalidade em movimento, quanto de uma leitura do território como recortes espaciais definidos por identidades, conflitos e limites, também em movimento.

Tendo em vista superar esse tipo de fragmentação, o qual, pode reforçar perspectivas de territorialismos, localismos, nacionalismos, etc., pela importância do espaço como totalidade, Massey (2008, p. 29-31, 109-110, 264-265) propõe a ideia de conectividade espacial<sup>9</sup> e de coetaneidade<sup>10</sup>.

Por intermédio desses dois princípios (e em incorporação ao pensamento utópico), o espaço comparece como uma rede relacional à qual tende agregar as diversidades/heterogeneidades em sua multiescalaridade e em benefício da construção de uma política mais abrangente e aberta a uma justiça socioespacial continuamente mais ampla.

Com base nisto, conflitos eminentemente pontuais/circunscritos no âmbito, portanto, de necessidades preponderantemente locais, tem pouco poder de oferecer “muita esperança para uma política mais ampla” (MASSEY, 2008, p. 256). Como possibilidade de outra perspectiva:

A topografia é muito diferente quando o local (e, concomitantemente, o global) é pensado relacionalmente. Neste caso, cada luta local já é uma conquista relacional, baseada tanto dentro quanto para além do “local”, e é internamente múltipla. (...). **A potencialidade, então, é para que o movimento para além do local seja, antes, um movimento de expansão e encontro ao longo de linhas de equivalência construída com componentes de multiplicidades internas de outras lutas locais.** A construção de tais equivalências é, em si mesma, um processo, uma negociação, um envolvimento de práticas políticas e imaginações em que o fundamento é buscado através do que as lutas locais podem construir como

<sup>7</sup> Malhas ou tessituras que conformam práticas espaciais que podem se expandir ou se restringir, porém, tendendo a se circunscrever a um determinado reduto territorial (territorialismo). Além disso, esses territórios tendem a estabelecer poucos contatos externos ou, em outros termos, tendem a controlar/restringir conexões com os demais territórios.

<sup>8</sup> Articulação de pontos ou nós geograficamente dispersos, porém, que refletem um maior dinamismo em termos de conectividade espacial, conformando um tipo de experiência territorial relativamente integrada e, portanto, multiescalar e multidimensional de espaço.

<sup>9</sup> Para Massey (2008, p. 266), para que a conectividade espacial ocorra é imprescindível que o espaço se perspetive como relacional, aberto e em processo incessante de construção. A abertura significa, necessariamente, oposição e rejeição quanto às diversas formas representativas de individualismos/comunitarismos que envolvem conectividades fechadas e reacionárias.

<sup>10</sup> Segundo Massey (2008, p. 109-110), a coetaneidade implica uma postura de reconhecimento, respeito e envolvimento entre trajetórias (de projetos de sociedade) que contemplam certo grau de autonomia entre si.

uma causa comum diretamente contra um antagonista. (MASSEY, 2008, p. 256-257, grifos nossos).

De um modo geral, Massey (2008, p. 256-266) não retira a força e as possibilidades que as lutas legítimas, sobretudo, entorno de conflitos entre (e disputas pelos) territórios podem proporcionar para as classes/grupos menos favorecidos. Contudo, a autora questiona o ínfimo efeito do caráter pontual/localista da luta, por consequência de uma desagregação, no que se refere à conectividade espacial e a uma proposição política mais abrangente.

Como meio de se evitar o descenso, o retraimento, a neutralização e a perda de significados da luta, podemos considerar a possibilidade de superação, a partir das noções desenvolvidas por Haesbaert (2010, p. 79, 306), dos “territórios-zona” pelos “territórios-rede”.

As conflitualidades dos territórios devem, necessariamente, superar o caráter contingencial e individualista, em termos de aprisionamento/circunscrição a uma determinada área e às pessoas que nela vivem (território-zona), por uma conectividade espacial entre os territórios, condicionada às atividades políticas de legitimação das ações cooperativas e emancipatórias envolvendo os diversos grupos ou segmentos sociais induzidos a processos de subalternização (território-rede).

Nesse sentido, a luta pelo território pode comparecer como um meio de superação dos localismos, mas nunca como um fim em si mesmo, na perspectiva do necessário e único trunfo. Deve-se levar em consideração, portanto, a responsabilidade da dimensão territorial em relação ao projeto de construção de uma ação política continuamente mais ampla.

Uma proposta de conceituação que se aproxima dessa perspectiva refere-se à ação dos “movimentos (socioterritoriais) territorializados” proposto por Fernandes (2005), pois, os movimentos socioespaciais que se adjetivam nesse sentido, têm, não apenas o território como trunfo, sobretudo, do ponto de vista mais emblemático da luta pela terra rural ou pela habitação urbana, mas também, perspectivando a emancipação social, buscam o espaço como essencial e imprescindível, tendo em vista, a construção de um território que se projeta em todas as dimensões do espaço: espaço social, espaço político, espaço econômico, espaço cultural e simbólico, etc. Nesse sentido, os movimentos (socioterritoriais) territorializados tendem a atuar:

(...) em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços. (FERNANDES, 2005).

Com base na análise das formas organizativas do MST, Fernandes (1998) aproxima alguns elementos processuais que permitem adjetiva-lo como um movimento socioterritorial, pois:

A forma de organização social e a estrutura apresentadas são frutos de quase vinte anos de lutas pela terra, pela reforma agrária e pela democracia. É importante destacar que tanto essa forma como essa estrutura estão em movimento constante, portanto, elas se transformam no dia-a-dia da luta. Nesses anos o MST tornou-se muito mais que um movimento social. Podemos denominá-lo como movimento socioterritorial, por sua práxis na luta pela terra, na conquista de frações do território. Todavia, ainda não construímos um conceito capaz de dar conta da dimensão que o MST tomou em todo esse tempo de luta. Essas lutas se dimensionaram para a conquista das condições básicas do desenvolvimento social e econômico: educação, saúde, política agrícola etc. (FERNANDES, 1998).

Embora o autor aponte para a necessidade de outra construção conceitual, o processo de “conquista das condições básicas do desenvolvimento social e econômico” (FERNANDES, 1998) considerando-se o território como trunfo e a contínua construção dos espaços de socialização política<sup>11</sup>, são argumentos que reforçam o poder explicativo da noção de movimentos socioterritoriais e, portanto, podem contribuir para perspectiva-la como conceito.

A partir desses aspectos, é necessário enfatizar que a possibilidade de fracionamento do espaço (enquanto procedimento que propicia analisar os confrontos/conflitos dos processos de territorialização) para compreendê-lo em sua totalidade não se confunde com a perspectiva de toma-lo estritamente de modo fragmentado (e, portanto, correndo-se o risco de reafirmar territorialismos) e sem um necessário compromisso em estabelecer conexões com a totalidade.

O espaço, como totalidade, tem os territórios e suas conflitualidades como elemento imprescindível. Nesse sentido, o território, como fração do espaço<sup>12</sup>, contribui com o processo de composição e transformação da totalidade o que, em grande medida, perspectiva a realização de análises que possibilite avaliar o seu grau de interdependência e de autonomia frente aos demais territórios e sua expressão no processo de composição da totalidade do espaço.

Torna-se premente, portanto, realizar uma abordagem que considere os territórios e suas conflitualidades sem secundarizar ou suprimir a perspectiva da produção do espaço como reunião e legitimidade da multiplicidade dos territórios.

Tendo em vista a soberania das populações que vivenciam processos de subalternização, o território deve ser o meio (sobretudo, como espaços identitários e para a realização da vida), mas não o fim em si mesmo. A soberania tem como ponto de partida o controle do território, mas ela deve ter a pretensão de se realizar, de modo estratégico, no espaço como forma de projetar a ascensão e a legitimidade dessa soberania e com o objetivo de consolidar o contraterritório.

## **Pelo contraterritório: síntese da luta pela alternativa não-capitalista**

Diferentes processos conflitivos de territorialização se confrontam na busca por autonomia de frações do espaço socialmente produzido e que se voltam para o uso e o consumo preponderantemente segmentado e/ou classista. Nesse sentido, o território, como construção social, se inscreve “num *campo de forças*” de “relações socioespaciais” sendo, portanto, o produto e a condição da territorialização (SAQUET, 2007, p. 127) permeado por relações de poder (SOUZA, 2009, p. 59), bem como, sendo expressão dessas mesmas relações de poder.

Além disso, os territórios, formados a partir da ação sistemática de determinadas práticas espaciais, pode comparecer como expressão de **redes**<sup>13</sup> diferenciadas, do ponto de

<sup>11</sup> Os espaços de socialização política inicialmente se consubstanciaram a partir do final da década de 1960, com uma mudança de ótica da Igreja Católica que, em decorrência de um descrédito mais acentuado no projeto falacioso de sociedade engendrado pelo Regime Militar no Brasil (à qual, hipoteticamente, poderia garantir um processo de desconcentração fundiária como política de combate à pobreza e a desigualdade no país), vão fomentar a criação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) para socializar e compartilhar experiências com o objetivo de organizar e politizar os trabalhadores rurais no processo de confronto com uma realidade de concentração fundiária e um modelo de desenvolvimento agrário do tipo patronal. Desses espaços de socialização política criaram-se condições para o surgimento do MST. Para saber mais, ver Fernandes, 1998).

<sup>12</sup> Segundo Fernandes (2008), a “formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço”.

<sup>13</sup> Com base em Raffestin (1993, p. 156), a rede pode ser formada pelo processo de articulação de pontos - “locais de poderes” e de referência que simbolizam a posição de atores individuais ou coletivos - que não se opõem, mas sim, agem, estrategicamente, de modo a situar o Outro, ou seja,

vista funcional e hierárquico (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8, 151, grifo nosso) que contribuem para ordenar esses territórios “segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações” permitindo “assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído” (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

A partir de um quadro de “controle” (RAFFESTIN, 1993, p. 58, 151) e “domínio” (MAQUIAVEL, 1998) que, em geral, implica em “soberania” (GOTTMANN, 1973, p. 4 et seq) de um lado e “subalternidade” (FERNANDES, 2009, p. 200) de outro, ratifica-se as desigualdades no que se refere às relações de poder que permeiam a formação dos territórios.

Com base nesses aspectos, podemos caracterizar, grosso modo, dois tipos de territórios que se contrapõem. De um lado, o território hegemônico, que se desdobra em territórios dominantes e territórios dominados, este último, em geral, subalternos aos territórios dominantes. De outro lado, o contraterritório – os territórios de resistência aos processos de subalternização comandados pelos territórios dominantes.

Em benefício dos territórios dominantes (como o território do agronegócio) e em detrimento dos territórios dominados (como o território dos produtores integrados, subalternizados pelos ditames das agroindústrias), ambos, contraditoriamente, se solidarizam para formar o **território hegemônico**, ou seja, o território que se subordina, preponderantemente, pelas relações capitalistas de produção.

Por outro lado, os territórios de resistência (como o território do campesinato), à qual, buscam outro modelo de sociedade com base na unidade familiar, na cooperação, na soberania e na emancipação social e por meio de relações não-capitalista de produção para a construção da liberdade, tendem a esboçar a ideia de um **contraterritório**<sup>14</sup>, ou seja, um território construído em oposição aos moldes, estabelecidos pelo território hegemônico, de projeto de sociedade integrada ao modo capitalista de produção.

Podemos considerar que, de um lado, os territórios dominantes e territórios dominados (síntese do território hegemônico) e, de outro, os territórios de resistência (síntese do contraterritório) caracterizam três “formas-conteúdo” distintas, nos termos desenvolvidos por Santos (2008, p. 124-126), que participam, influenciam e representam a totalidade, em seu processo de totalização.

Como se tratam de diferentes formas-conteúdo, os processos de territorialização que as caracterizam, também tendem a se diferenciar a partir de determinadas combinações da TDR (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização)<sup>15</sup> ou da “des-re-territorialização” (HAESBAERT, 2010, p. 61) o que, em grande medida, dinamiza o sentido relacional e classista (e, portanto, conflitual e desigual) dos territórios. Em outros termos:

(...) territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo concreto e simbólico, e uma relação de poder mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais, é evidente que, como toda relação de poder, **a territorialização é desigualmente distribuída entre seus sujeitos e/ou classes sociais** e, como tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, **controladores e controlados**, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores.

Esta constatação, muito mais do que um mero jogo de palavras, é extremamente importante, pois implica identificar e colocar em primeiro plano os sujeitos da des-re-territorialização, ou seja, quem des-territorializa quem e com que objetivos. Permite também perceber o sentido relacional

---

“aquele que pode nos prejudicar ou nos ajudar, aquele que possui ou não tal coisa, aquele que tem acesso ou não a tal recurso”.

<sup>14</sup> Noção desenvolvida pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes em aula ministrada para a disciplina “Teoria dos Territórios e da Questão Agrária”, realizada na Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, no dia 11 de abril de 2011.

<sup>15</sup> Cf. Deleuze e Guattari (1976) e Raffestin (1984).

desses processos, mergulhados em teias múltiplas onde se conjugam permanentemente distintos pontos de vista e ações que promovem aquilo que podemos chamar de **territorializações desterritorializantes e desterritorializações reterritorializadoras** (HAESBAERT, 2010, p. 259, grifos nossos).

Em consonância com essas argumentações e com outras passagens, em Haesbaert (2010, p. 252-259, 312-315), propomos, de modo aberto a questionamentos, três combinações processuais que, mais diretamente, se associam às formas-conteúdo dos territórios em questão:

- Territórios dominantes como expressão da **territorialização des-reterritorializante**. Combinação processual em que grupos ou classes sociais detêm muito controle sobre o território, sobretudo, em termos de autonomia, poder político e socioeconômico para iniciar e conduzir processos de desintegração de territórios (desterritorialização para si ou para outros grupos) e/ou estruturar/articular/constituir novos territórios (reterritorialização), objetivando contemplar novas estratégias de controle e dominação territorial.
- Territórios dominados como expressão da **territorialização desterritorializadora**. Combinação processual em que grupos ou classes sociais, de forma induzida, submetem-se a um precário controle sobre o território e, portanto, tendem a estar numa condição de subalternidade frente aos territórios dominantes. Além disso, assume-se, nesses territórios, o risco de desterritorialização como a perda das condições materiais do território e/ou indução a um processo de circunscrição territorial mais acentuado remetendo-se, portanto, às noções de inclusão social precária ou de segregação socioespacial, impostas por uma correlação desigual de forças entre dominantes e dominados.
- Territórios de resistência (contraterritório) como expressão da **des-territorialização reterritorializante**. Combinação processual em que grupos ou classes sociais, embora mais ou menos submetidos a uma condição territorial precária (características de processos de desterritorialização) e, portanto, detendo um médio ou baixo nível de controle sobre o território, não abrem mão da perspectiva da reinserção/reestruturação/rearticulação nos/dos territórios, tendo em vista, o pleno controle sobre os mesmos.

Ainda, no que se refere ao contraterritório, embora possam predominar os efeitos de uma territorialização desterritorializadora, a dimensão utópica e o acionamento da práxis dos sujeitos e grupos que compartilham das qualidades deste território, permitem projetar a reterritorialização em outros moldes, ou seja, a partir do acesso a um território-rede em suas múltiplas escalas, em detrimento e superação da desterritorialização (HAESBAERT, 2007, p. 68), e um acesso pelo espaço, como totalidade em movimento, na perspectiva de um projeto de sociedade não-capitalista.

Esses argumentos reforçam a ideia de que, no território hegemônico, as relações de poder que se estabelecem estão baseadas numa dissimetria, nos termos propostos por Raffestin (1993, p. 36), ou seja, tendem a favorecer o desenvolvimento dos territórios dominantes (pela ênfase ao reconhecimento de suas próprias necessidades) em detrimento dos territórios dominados.

Por outro lado, o contraterritório tende a estar baseado em relações de poder que perspectivam a simetria e que, portanto, a valorização das diferenças, do pluralismo socioeconômico e cultural e o “reconhecimento das necessidades do Outro” (RAFFESTIN, 1993, p. 36) compõem elementos imprescindíveis para a coexistência e emancipação social.

**Territorialidade como escala das práticas espaciais: perspectiva para uma identificação e análise de territorialismos (no território) e da fragmentação socioespacial (entre os territórios)**

Na perspectiva de se pensar e analisar os territórios – frações do espaço – religados ao espaço como totalidade em movimento podemos considerar que a formação dos territórios é concomitante ao processo de construção social do espaço, ininterruptamente ressignificado pelo confronto entre os territórios de dominação, territórios dominados e contraterritórios, em formação/movimentação.

Essa argumentação, no entanto, se contrapõe à proposição de Raffestin (1993, p. 143-144) quando afirma que “o espaço é anterior ao território” quando, na verdade, se trata de uma mudança de escala de abordagem ao se privilegiar a análise de um processo (espacial) ou de outro (territorial), mas não da preexistência do espaço em relação ao território na qual, posteriormente, será construído por um ator sintagmático, segundo o autor.

Gottmann (1973) avança nessa questão quando articula os conceitos de espaço e de território sem haver supressão ou preexistência de um processo ou de outro. Nesse sentido, para Gottmann, a articulação das ações dos sujeitos e dos objetos, sob o princípio de soberania, tende a expressar determinadas formas de organização espacial em movimento que se opõe e se distinguem do ponto de vista territorial.

Os territórios, dessa perspectiva, são desdobramentos dos processos de produção do espaço. Além disso, as qualidades territoriais, segundo Fernandes (2005), contribuem para compor e completar o conteúdo do espaço. Nesse sentido, o espaço e o território são indissociáveis sendo que o “processo de territorialização é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais” (SAQUET, 2007, p. 127).

Para Santos (2008), na perspectiva do espaço de governança, o território se estabelece como conjunto de objetos naturais e técnicos que se configuram em determinada área. Além disso, o território também é a extensão de área na qual as relações sociais se realizam, mas também, produzem e ressignificam o território.

Nesse sentido, imbricando-se o território e o sentimento de pertencer ao território (que se traduz em “identidade”) têm-se o “território usado” (SANTOS, 2007, p. 14) como categoria de análise e “sinônimo de espaço geográfico” (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 20) criando-se “uma solidariedade orgânica”, ou seja, “o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum” (SANTOS, 2002, p. 109).

Desta perspectiva, o território usado (segunda totalidade), para Santos (2008) e Santos e Silveira (2003, p. 301) é uno - tratando-se da formação socioespacial de um país - e que, do ponto de vista analítico, pode ser abordado em suas frações.

Na abordagem territorial de Santos e Silveira (2003) em que, de certo modo, confunde-se com o espaço geográfico, há pouca possibilidade de empregar o conceito de território em sua multiescalaridade (tendo-se que recorrer, assumindo-se o risco da perda do potencial explicativo, a outras escalas conceituais como, por exemplo, a escala do lugar) o que, em grande medida, tende a dificultar a análise das conflitualidades no interior do território usado, como totalidade.

O confronto e a desigualdade, na perspectiva de Santos e Silveira (2003), se dão entre as frações do território (sempre no singular), num processo de diferenciação espacial no interior do território usado, e não entre os territórios (no plural) que compõe o espaço como totalidade, em concordância com nossa argumentação inicial.

De outra perspectiva analítica (e considerando a multiescalaridade e as conflitualidades inerentes aos territórios), Fernandes (2008; 2009, p. 206-210, grifos nossos) propõe uma tipologia de territórios - tendo em vista, não diluir a diversidade dos territórios apropriados, dominados e/ou em disputa - à qual se desdobra em três partes: O **primeiro território** é formado pelo espaço de governança, representado, em síntese, pela União, pelos Estados e pelos Municípios; O **segundo território** é formado pelas propriedades privadas capitalistas e não-capitalistas. Além disso, o segundo território, no âmbito das propriedades privadas, se caracterizam por serem frações do primeiro território; Por fim, o **terceiro território** é formado pelo espaço relacional, o território dos fluxos e das ações agindo nos demais tipos de territórios. O terceiro território, portanto, permite assegurar que haja transversalidade e indissociabilidade entre os três tipos de territórios.

O território abordado apenas na perspectiva do espaço de governança tende a ser utilizado, segundo Fernandes (2009, p. 200), “como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados” distanciando-se, portanto, da perspectiva da diferencialidade, das diversidades e conflitualidades de uma abordagem que envolva as “disputas territoriais”.

Além disso, o sentido relacional permite superar a ideia de território, tão somente, caracterizado pelo “enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira” e perspectiva-lo como um processo em movimento (HAESBAERT, 2007, p. 56) e que, portanto, as conexões entre objetos e relações sociais – na unidade entre o tempo histórico e o tempo coexistente (SAQUET, 2007, p. 131) - tornam-se elementos imprescindíveis para a formação territorial.

Deste modo, permite-se perspectivar uma leitura do território não somente como expressão da territorialização, desterritorialização e reterritorialização (processos fundamentais da dinamicidade e do constante construir-desconstruir-reconstruir territorial) - mais bem detectáveis no tempo de média e longa duração (tempo histórico) – mas também, como manifestação das territorialidades, nas quais, podem ser traduzidas pelo conjunto de práticas espaciais realizadas no tempo de curta duração (tempo coexistente), ou seja, no tempo do cotidiano ou da vida cotidiana dos sujeitos e grupos sociais envolvidos pelas rotinas de suas atividades diárias.

O território (forma-conteúdo) pode ser caracterizado a partir da indissociabilidade entre a prevalência de um tipo de combinação do movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (processos) e suas respectivas territorialidades (práticas). Nesse sentido:

**A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas**, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço (...) (SAQUET, 2007, p. 129, grifos nossos).

As territorialidades se expressam, portanto, a partir das práticas espaciais (dos diferentes sujeitos e grupos sociais) que se efetivam durante o uso e consumo do território e, de um modo geral, corroboram, em maior ou menor grau (de acordo com o impacto socioespacial ocasionado por essas práticas), com o processo de produção do território.

Além disso, as territorialidades - de acordo com as intencionalidades das relações de poder em questão e pela ação sistemática no tempo de médio ou de longa duração - podem ser designativas de processos socioespaciais reveladores de diferentes combinações da territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Em outros termos, segundo Raffestin:

(...) **a territorialidade (...) reflete a multidimensionalidade do “vivido”** territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

(...)

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. (...). É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores (RAFFESTIN, 1993, p. 158-161, grifos nossos).

Raffestin (1993, p. 161) ressalta ainda que alguns elementos do território, como malhas e redes, “criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir” e, desse ponto de vista, o território tende a segregar “sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem”.

O território, nesse sentido, é:

(...) **um produto “consumido”**, ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio. É então todo o problema da territorialidade que intervém permitindo verificar o caráter simétrico ou dissimétrico das relações de poder. **A territorialidade reflete**, com muita segurança, **o poder que se dá ao consumo** por intermédio de seus “produtos” (RAFFESTIN, 19993, p. 8, grifos nossos).

A noção de territorialidade, em grande medida, reforça o caráter relacional e, portanto, multidimensional e multiescalar, do território, pois, ela reflete, a partir das argumentações de Raffestin (1993), o caráter territorial no plano do vivido, ou seja, como meio territorial que se volta para o uso, e como produto territorial que se volta para o consumo.

As dimensões do uso e do consumo do território se expressam, sobretudo no tempo de curta duração, por meio de territorialidades, às quais, são reveladas a partir da análise das práticas espaciais dos sujeitos e grupos sociais.

As territorialidades, a partir da análise das práticas espaciais, podem ser reveladoras de um conjunto de interações socioespaciais que, permeadas por relações de poder, tendem a expressar noções mais ou menos bem definidas de limite, bem como (e de acordo com as intencionalidades do projeto territorial), de determinado nível de controle social sobre o território.

Do ponto de vista territorial, a noção de controle social se estabelece entorno da noção de controle disciplinar do espaço ou da “sociedade disciplinar” (FOUCAULT, 1977; 1979) ou, ainda, de modo a atualizar o debate na perspectiva do território-rede, da “sociedade de controle” (DELEUZE, 1992).

Do ponto de vista do controle social, seu exercício se dá, sobretudo, pelo emprego de determinados mecanismos (informativos, técnicos, arquitetônicos ou, ainda, procedimentos normados, simbólico-representacionais, etc.) que podem ser combinados, objetivando garantir os efeitos que, deles, se esperam.

Ao abordar a noção de controle social e seus mecanismos, Aguilera (2003, p. 44), Koerner (2006, p. 235-237) e Salazar et al (2002) destacam alguns efeitos dos dispositivos de segurança privada (que, em geral, compreendem o conjunto de práticas de vigilância e videovigilância, controle e monitoramento dos fluxos, etc.) como o fato de controlar/restringir determinados tipos de ações consideradas suspeitas ou, ainda, induzir os indivíduos a realizarem determinados tipos de comportamentos previamente estabelecidos.

Em geral, os efeitos esperados dos mecanismos de controle social tendem a restringir possibilidades mais amplas de se estabelecer contatos e compartilhamentos de significados entre as diferenças que compõem a diversidade social dos territórios, tendo em vista, não somente garantir níveis mais elevados de segurança territorial, mas também, garantir a racionalidade do consumo socioespacialmente segmentado e classista dos territórios o que, em grande medida, reforça a perspectiva dos territorialismos em detrimento do espaço como totalidade.

Com base nessas perspectivas, a territorialidade, portanto, não designa apenas o uso e o consumo, mas também, é a expressão do controle social, nas quais, se realizam no território. Associado a isso, Haesbaert (2010, p. 86-89), ao analisar os resultados de pesquisas de Sack (1986), esboça a ideia de que, pela territorialidade, como prática de poder, o território torna-se um instrumento de poder, em termos de padronização (no âmbito de suas características internas) e de classificação (para com outros territórios).

Nesse sentido, todos os que habitam nos limites do território tendem:

(...) **a ser vistos como “iguais”, tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece**

**entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites.**

Por isso, toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação. (HAESBAERT, 2010, p. 89, grifos nossos).

Nesses termos, as territorialidades compõem como um campo de correlação de forças acionado a partir de práticas espaciais relacionadas ao uso, consumo e controle, por vezes, ininterrupto, de determinadas frações do espaço, designando o modo como essas frações devem ser apropriadas e/ou consumidas.

Como mecanismo de padronização e de classificação, as territorialidades tendem a cindir os territórios na perspectiva de separar aqueles que são “iguais”, do ponto de vista socioeconômico e cultural, daqueles que são diferentes.

As territorialidades, nesse sentido, podem contribuir com o processo de reprodução do idêntico (do ponto de vista dos sujeitos e grupos sociais), bem como, no âmbito da repetição de estilos, padrões e comportamentos.

Por meio delas, podem-se firmar relações de pertencimento e reconhecimentos que potencializem a perspectiva de uma “sociabilidade segmentada”, nos termos estabelecidos por Sobarzo (2004), nessas frações que compõem o espaço.

Com base nesses aspectos, a análise das territorialidades, em grande medida, também pode ser reveladora de processos de fragmentação socioespacial que, mais intensamente, se esboçam a partir de espaços urbanos de padrões metropolitanos e, em menor medida, em cidades de porte médio.

Nesse sentido, ao expressar, no âmbito do uso e do consumo do espaço urbano, tendências de controle/restrições dos contatos e do não compartilhamento de experiências e significados entre os diferentes segmentos sociais que compõem a diversidade da cidade, as territorialidades, em grande medida, reforçam os territorialismos que, em médio e longo prazo, podem ser consubstanciados por processos de fragmentação socioespacial.

A fragmentação socioespacial, entre outros aspectos, tende a ser representativa de determinados tipos de sociabilidades que se orientam “pela negação do outro e pela negação da alteridade e, conseqüentemente, tende a promover significativas rupturas entre as diferenças” (DAL POZZO, 2011, p. 27). Nesse sentido, a fragmentação socioespacial:

(...) teria condições de promover novos modos de estruturação de espaços urbanos de porte médio a padrões metropolitanos, nos quais, a indiferença, o não diálogo e a manutenção e reprodução de iniquidades sociais caracterizar-se-iam como alguns de seus valores fundantes, nas últimas décadas. (DAL POZZO, 2011, p. 27).

Além disso, o processo de fragmentação socioespacial pode ser considerado a partir de realidades urbanas em que há alterações na intensidade e na qualidade das interações socioespaciais, em termos de seletividade espacial e de uma relativa anulação entre as parcelas que compõem o espaço urbano (SOUZA, 2008, p. 56-58).

Em outros termos, a separação entre grupos sociais de níveis socioeconômicos distintos tende a ser revelada não apenas no âmbito da moradia (inclusive a presença/ausência, bem como, a qualidade de infraestrutura e equipamentos urbanos de uso coletivo no entorno de *habitat* urbanos distintos - caracterizados pela articulação entre processos de autoss segregação e de segregação imposta, nos termos propostos por Corrêa [2005]), mas também, no âmbito do uso e do consumo segmentado da cidade.

Os espaços autoss segregados, como os loteamentos fechados e condomínios horizontais (formas representativas da autoss segregação), compõem como um tipo de *habitat* urbano emblemático na qual um determinado tipo de territorialismo pode se realizar, tendo em vista, que nesses espaços:

(...) **no sólo no possibilita una mayor interacción social dentro de él sino que contribuye para quebrar las interacciones con los otros**, los que están del otro lado del muro, **sobre todo con aquéllos no reconocidos como iguales**. En este sentido, puede afirmarse que en estos pedazos del espacio urbano existe, como en toda la ciudad, la tendencia al individualismo, sin embargo, su diseño urbano, la forma en que se insertan en el espacio urbano y **las prácticas socioespaciales derivadas de esta morfología, disminuyen las posibilidades de convivencia y encuentro entre sujetos sociales de diferentes segmentos socioeconómicos e intereses culturales**. (SOBARZO e SPOSITO, 2003, p. 38, grifos nossos).

O territorialismo, nesse sentido, pode ser visto na perspectiva de um modo de reprodução das relações sociais na medida em que, por uma relação dissimétrica de poder, desvalorizam o espaço como diversidade e como totalidade pela reafirmação do território, numa espécie de busca por “autonomia”. Segundo Souza (2000), baseando-se no pensamento autonomista crítico de Castoriadis (1983; 1990), a pretensão de “autonomia” de espaços autosssegados:

(...) não representa a liberdade de **fazer com os outros** e o interesse pela cidade, mas sim isolamento e defesa de privilégios auferidos nos marcos de uma sociedade caracterizada por uma brutal desigualdade de oportunidades e por uma enorme [di]ssimetria estrutural de poder. [Além disso] (...) a “autonomia” de um grupo em detrimento da solidariedade e às expensas dos interesses de um coletivo mais amplo é nada mais que um corporativismo espacial reacionário. (SOUZA, 2000, p. 206-207, grifos do autor).

Podemos considerar que esses argumentos, contudo, não se restringem aos espaços autosssegados, pois, possibilitam, de certo modo, abranger outras formas e processos socioespaciais que perspectivam o controle dos fluxos, como os territórios comandados pelo narcotráfico, e o afastamento socioespacial para com as diferenças, ensejado em espaços de consumo bastante exclusivos, como clubes, *shopping centers* e determinados estabelecimentos de ensino privados.

Com base nesses aspectos, o conjunto de territorialidades (práticas), incluso, os mecanismos de controle social, que se manifestam de modo a articular, em médio e longo prazo, expressões da fragmentação socioespacial (processo), tende a esfacelar a unidade territorial da cidade (forma-conteúdo) reestruturando-a por um conjunto de territorialismos (modo de reprodução das relações sociais) o que, em grande medida, promove a neutralização/afastamento de uma concepção política de cidade menos desigual e, portanto, menos injusta.

Além disso, a indiferença, representada por territorialismos e expressa pela fragmentação socioespacial, pode ocasionar, em médio e longo prazo, alterações na percepção das desigualdades sociais dos territórios que compõem a cidade.

Com isso, podemos considerar que há uma tendência de que as percepções dessas desigualdades convertam-se, meramente, em observações tautológicas e de compaixão, ambas, inseridas num quadro de impotência política frente às prementes questões sociais envolvendo os grupos socioeconomicamente menos favorecidos.

## Considerações finais

Pelo espaço ou pelo território? Em busca de uma resposta a essa pergunta, procuramos trazer alguns elementos que reforçam a ideia de que, pelo método geográfico, não podemos abrir mão de nenhum desses conceitos, ainda que eles necessariamente se diferenciem, entre outros aspectos, por contemplar escalas de abordagem distintas.

De acordo com a escala de abordagem a ser privilegiada numa análise, portanto, justifica-se a necessidade da adoção de uma determinada ênfase a um desses conceitos, muito embora, devam ser tomados os devidos cuidados de não ocasionar subalternização ou supressão de um sobre o outro.

Nesses termos, se optarmos somente pelo espaço, há pouca abertura para o detalhamento da produção dos territórios e de seus conflitos, o que, em grande medida, pode ocasionar um distanciamento para com os sujeitos e grupos sociais, envolvidos nesse processo.

Como consequência, corre-se o risco de que o espaço se constitua como uma totalidade supressora de seus sujeitos e suas identidades territoriais e, portanto, alheio às necessidades de se analisar e debater questões sociais e espaciais mais prementes ao plano da vida cotidiana.

Se optarmos somente pelo território, poderá haver uma análise mais detalhada da produção dos territórios e da expressão de seus conflitos, bem como, da caracterização das territorialidades dos sujeitos e grupos sociais que usam, consomem e ressignificam os territórios.

Contudo, uma análise dos territórios destituída de uma análise do espaço como totalidade, pode contribuir para reforçar territorialismos, pois, ratifica-se, de modo tendencial, o processo de valorização de determinadas frações do espaço em detrimento do espaço como totalidade. Além disso, reforçam-se perspectivas de análises territoriais – frações da totalidade – descontextualizadas ou desprovidas de uma totalidade em movimento.

Baseando-se nesse aspecto, e na atual tendência de se tomar o conceito de território como elemento central da análise geográfica (subalternizando ou suprimindo o conceito de espaço), podemos considerar que há certa fragilidade em toma-lo como uma metanarrativa capaz de dar conta de explicar a totalidade em movimento.

De modo semelhante, essa fragilidade também é válida considerando o conceito de espaço tomado como elemento central, ao qual, venha a suprimir ou desvalorizar o conceito de território, bem como, a leitura geográfica dos conflitos territoriais.

Com isso queremos destacar que, embora a ênfase possa ser colocada sobre o espaço ou sobre o território, de acordo com a escala de abordagem a ser privilegiada para a análise geográfica, torna-se imprescindível a necessidade de se buscar articulações entre esses conceitos, tendo em vista, recolher elementos para se avaliar o movimento da totalidade.

O reconhecimento da necessidade de articulações entre espaço e território, reforça o caráter de indissociabilidade, bem como, de centralidade equânime entre os mesmos. Além disso, uma leitura geográfica orientada por essa perspectiva tende a valorizar a multiescalaridade e a multidimensionalidade inerente ao processo de produção do espaço e dos territórios.

Trata-se de uma opção de abordagem que vai do espaço como totalidade aos territórios como frações do espaço e vice-versa, acompanhando o movimento relacional da produção dessas escalas conceituais, tendo em vista, o fomento de análises que contribuam para superar, de modo mais estrito, os territorialismos e, de modo mais abrangente, a fragmentação socioespacial, ou seja, determinados modos de reprodução das relações sociais e de processos socioespaciais mais amplos que tendem a promover um nível mais acentuado de desconexão entre os territórios e que, portanto, não valorizam um projeto espacial abrangente, em termos de justiça social e de emancipação socioespacial.

Além disso, uma análise na qual se estabeleça a centralidade pela relação entre espaço e território pode contribuir, não somente para perspectivar a superação de territorialismos e da fragmentação socioespacial, mas também, para ampliar o significado teórico-conceitual e, sobretudo, para perspectivar a prática da construção social, do contraterritório.

Nesse sentido, a ideia que se esboça não é somente a de expressar uma alternativa reterritorializante - no âmbito do confronto com o território hegemônico - por um modo não-capitalista de produção, mas também, de se realizar no espaço, reconhecendo-o como

trunfo necessário para que o contraterritório possa se firmar como totalidade e como possibilidade de superação do território hegemônico.

## Referências bibliográficas

AGUILERA, Alfonso Valenzuela. Límites, segregación y control social del espacio. **Ciudades**. Puebla, México: Red Nacional de Investigación Urbana, n. 59, p. 44-48, jul-set, 2003.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; \_\_\_\_\_; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**. Presidente Prudente: GEU, vol. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. Pouvoir, politique, autonomie. In: **Le monde morcelé – Les carrefours du labyrinthe III**. Paris: Seuil, 1990.

\_\_\_\_\_. Socialismo e sociedade autônoma. In: **Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª. ed. São Paulo: Ática, 2005.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Territórios de autosegregação e de segregação imposta: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos**. Presidente Prudente, 2011, 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: \_\_\_\_\_. **Conversações, 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 219-226.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. In: **Revista NERA**, Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA**. Presidente Prudente: NERA, n. 6, p. 14-34, jan-jun, 2005.

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 197-215.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Berta K. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2ª. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

KANT, Emmanuel. **Crítica da razão pura**. 4ª. ed. São Paulo: Brasil Editora, 1965.

KOERNER, Andrei. Direito, regulação e governamentabilidade. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (Orgs.). **O legado de Foucault**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. p. 223-240.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (Im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4ª Ed. Paris: Anthropos, 2000). Primeira versão: Fev. 2006.

\_\_\_\_\_. **La production de l'espace**. 4ª Ed. Paris: Anthropos, 2000.

\_\_\_\_\_. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton; BECKER, Berta (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 72-108.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, Angelo (Org.). **Regione e regionalizzazione**. Milano: Angeli, 1984, p. 69-82.

SACK, Robert. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALAZAR, Alexis Romero; ROQUE, Raima Rujano; DEL NOGAL, José Alfredo. Control social: nuevas realidades, nuevos enfoques. **Espacio Abierto**, Maracaibo, Venezuela: Asociación Venezolana de Sociología, v. 11, n. 4, p. 665-680, out-dez, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. 4. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: \_\_\_\_\_; BECKER, Berta K. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, Marcos Aurelio Saquet. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 73-94.

\_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SOBARZO, Oscar. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. Presidente Prudente, 2004. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

\_\_\_\_\_; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanizaciones cerradas: reflexiones y desafíos. **Ciudades**. Puebla, México: RNIU, n. 59, p. 37-43, jul-set, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009. P. 57-72.